

***CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE
A GRAMA E INDOOR***

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013***

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2015.

FSA NETWORK Consultores
CRC-RJ-003004/O-2

A handwritten signature in black ink, appearing to read "L. Soares".

Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	88.389	128.908	Contas a pagar	72.857	114.490
Outros ativos	48	-	Tributos a recolher	27.566	20.260
	88.437	128.908		100.423	134.750
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO SOCIAL		
Imobilizado	2.018	2.745	Déficit acumulado	(9.968)	(3.097)
	2.018	2.745		(9.968)	(3.097)
TOTAL DO ATIVO	90.455	131.653	TOTAL DO PASSIVO	90.455	131.653

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RECEITAS		
Receitas de recursos públicos		
Receitas da Lei Agnelo/Piva	1.647.693	2.076.985
Receita de patrocínio fundo olímpico	93.450	123.304
	<u>1.741.143</u>	<u>2.200.289</u>
CUSTOS		
Gastos com recursos públicos		
Programa de projeto/fomento	(221.192)	(84.324)
Desenvolvimento e manutenção do desporto	(319.098)	(282.740)
Preparação técnica	(856.002)	(760.530)
Participação em eventos esportivos	(151.429)	(949.391)
Patrocínio fundo olímpico	(93.450)	(123.304)
Remuneração de dirigentes estatutários	(99.972)	-
	<u>(1.741.143)</u>	<u>(2.200.289)</u>
DESPESAS		
Despesas operacionais	(6.871)	(6.105)
	<u>(6.871)</u>	<u>(6.105)</u>
Déficit do exercício	<u>(6.871)</u>	<u>(6.105)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)**

	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.008	3.008
Déficit do exercício	(6.105)	(6.105)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(3.097)	(3.097)
Déficit do exercício	(6.871)	(6.871)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(9.968)	(9.968)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)**

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(6.871)	(6.105)
Ajustes		
Depreciação	727	727
	(6.144)	(5.378)
Varição no ativo/passivo circulante		
Outros ativos	(48)	2.195
Contas a pagar	(41.633)	82.252
Tributos a recolher	7.306	(2.112)
	(34.375)	82.335
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(40.519)	76.957
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	128.908	51.951
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	88.389	128.908
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(40.519)	76.957

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor, designada pela sigla CBHG, fundada em 23 de agosto de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, é uma associação de fins não econômicos, com prazo de duração indeterminado, de caráter desportivo, formada pelas suas Filiadas, Entidades de Administração do Desporto da respectiva modalidade no âmbito territorial das Unidades de Federação, tem por fim coordenar todos os aspectos relativos à prática e à gestão da modalidade de Hóquei sobre a Grama e Indoor no território brasileiro, bem como representar a respectiva modalidade para todos os fins perante toda pessoa, física, brasileira ou estrangeira, jurídica, de direito público, interno ou externo, ou privada, nacional, internacional ou estrangeira.

A CBHG, como Entidade Nacional de Administração do Desporto de modalidade de Hóquei sobre a Grama e Indoor, é filiada à *Pan American Hockey Federation – PAHF International Hockey Federation – FIH*, e por esta reconhecida como a única entidade responsável pela organização da prática e gestão da modalidade no território brasileiro, bem como pela representação do Hóquei sobre a Grama e Indoor brasileiro perante todas e quaisquer pessoas, física, brasileira ou estrangeira, jurídica, de direito público, interno ou externo, ou privada, nacional, internacional ou estrangeira.

A CBHG é filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, e por este reconhecida como única representante da modalidade de Hóquei sobre a Grama e Indoor perante o Olimpismo nacional, internacional e estrangeiro.

A CBHG, dentro da sua finalidade desportiva, tem como objetivo a formação e difusão do civismo, da cultura, da educação, da ciência, da recreação e da assistência social entre todos os que lhe sejam ligados, direta ou indiretamente, por força do Hóquei sobre a Grama e Indoor.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas pelos recursos mantidos em espécie pela Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários.

c. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

d. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social, em virtude de sua operação e não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

e. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2014	2013
Caixa	1.966	4.924
	1.966	4.924
Bancos conta movimento – CEF Exclusiva	6.190	32.466
Bancos conta movimento – Bradesco	9.758	91.518
	15.948	123.984
Aplicação financeira – CEF Exclusiva	70.475	-
	70.475	-
	88.389	128.908

4. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2014			2013
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 %	2.470	(1.132)	1.338	1.585
Equipamentos de informática	20 %	2.400	(1.720)	680	1.160
		4.870	(2.852)	2.018	2.745

5. Contas a pagar

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a pagar – COB	56.246	111.662
Outras provisões a pagar	16.611	2.828
	<u>72.857</u>	<u>114.490</u>

6. Tributos a recolher

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
INSS a recolher	16.744	11.661
FGTS a recolher	1.670	2.256
PIS a recolher	278	376
IRRF a recolher	8.874	5.967
	<u>27.566</u>	<u>20.260</u>

7. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes à Entidade.

8. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

9. Subvenções e assistências governamentais

Durante o exercício de 2014, a Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor, recebeu recursos financeiros do Comitê Olímpico Brasileiro para aplicação nas suas finalidades institucionais, que têm como objetivo a formação, difusão do civismo, da cultura, da educação, da ciência, da recreação e da assistência social, em conformidade com seu estatuto social.

10. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração de dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração paga a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.

* * *